

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Mysllene Gomes do Nascimento ¹
Crisóstomo Lima do Nascimento ²

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um campo de suma importância para promover a inclusão e a equidade educacional. O docente responsável pelo AEE lida com uma diversidade de alunos, cujas necessidades variam de acordo com diferentes deficiências. Diante dessa heterogeneidade o professor de AEE deve elaborar planejamentos educacionais individualizados, desenvolvendo metodologias e estratégias que garantam a adaptação do currículo funcional para cada estudante, respeitando suas particularidades. O educador precisa ter uma postura de empatia e compreensão profunda, se colocando no lugar do aluno, percebendo como o aluno se sente e interage com o mundo à sua volta. Sob essa perspectiva, o docente é instado a ir além dos diagnósticos e das características que definem a deficiência do aluno, focando na experiência única de cada um, reconhecendo que a vivência de cada estudante é singular, com suas próprias percepções e sentimentos. A metodologia adotada para este estudo foi a revisão bibliográfica, com a coleta de dados de livros, artigos e leis. Para a confecção desse trabalho nos baseamos nos estudos de Maria Teresa Égler Mantoan (2023) com Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? Marcos Político-Legais da Educação Especial - MEC (2010) e Byung-Chul Han (2022) com a Expulsão do Outro. O presente trabalho nos possibilita a constatar que existe a necessidade de melhor formação docente sendo necessário assegurar que o AEE deve ter uma escuta de todos: governantes com políticas públicas integradas, currículo contextualizado e adaptado, cursos de aperfeiçoamento, seminários, entre outros, onde o conhecimento docente poderá ser ampliado rumo ao processo de reflexão para a mudança da prática docente efetivando a inclusão escolar e o aprimoramento da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Professor, Formação Continuada, Educação Especial

¹ Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF-RJ , mysllenegomesdonascimento@gmail.com

² Professor Orientador: Pós-Doutor em Ciências da Religião -PUC Campinas; Titular da Universidade Federal Fluminense – RJ, crisostomiln@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de promover uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de acolher a diversidade e garantir o direito à aprendizagem de todos. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma política pública essencial para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No município de Campos dos Goytacazes (RJ), a rede municipal conta atualmente com 46 escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, atendendo 1.530 alunos com 64 professores especializados. Esses dados revelam um avanço significativo nas políticas de inclusão, mas também evidenciam a necessidade de investimentos contínuos na formação dos docentes que atuam no AEE, para que possam responder às complexas demandas do ensino inclusivo no século XXI.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar não se resume à presença física dos alunos com deficiência na escola, mas à transformação das práticas pedagógicas e das concepções docentes. Assim, discutir a formação continuada no contexto do AEE significa abordar um dos eixos centrais da qualidade da educação inclusiva.

A presente pesquisa busca compreender como a formação continuada tem sido concebida e vivenciada pelos professores de AEE da rede municipal de Campos dos Goytacazes, analisando suas percepções, desafios e expectativas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e teórica, com aplicação de questionário (em fase de execução) e análise documental dos marcos legais que orientam a política de educação inclusiva no Brasil. Espera-se que os resultados contribuam para o fortalecimento das práticas formativas e para o aperfeiçoamento das políticas públicas locais.

A formação continuada dos professores de AEE assume papel estratégico na consolidação de uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que é por meio dela que

o docente atualiza seus saberes, amplia suas competências e ressignifica suas práticas pedagógicas diante das novas demandas educacionais. Nesse sentido, é fundamental compreender a formação como um processo permanente, que ocorre tanto em espaços formais — como cursos, seminários e especializações — quanto em contextos informais, mediante a troca de experiências, reflexões coletivas e análise crítica da própria prática. Como defende Tardif (2010), o conhecimento docente é construído no cotidiano e deve ser constantemente revisitado à luz das experiências vividas.

Além disso, o cenário contemporâneo impõe novos desafios à atuação do professor especializado, que precisa lidar com a multiplicidade de deficiências, com a diversidade cultural e com as exigências tecnológicas que permeiam o ambiente escolar. A formação continuada, nesse contexto, deve possibilitar o desenvolvimento de competências que articulem teoria e prática, permitindo ao educador inovar em suas metodologias, adaptar materiais e planejar intervenções pedagógicas que considerem as singularidades de cada estudante. Assim, a formação não pode ser pontual nem descontextualizada, mas precisa estar vinculada à realidade da escola e às políticas locais de inclusão.

Por fim, torna-se imprescindível reconhecer que a consolidação do AEE como política pública depende da integração entre gestão escolar, professores e comunidade. O docente especializado não atua de forma isolada; seu trabalho se articula com os professores da sala comum, com a equipe gestora e com as famílias. Dessa forma, a formação continuada deve também promover espaços colaborativos e interdisciplinares, nos quais o diálogo e a troca de saberes contribuam para a construção de práticas inclusivas efetivas. A pesquisa em andamento pretende, portanto, contribuir para essa reflexão, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam fortalecer a formação docente e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva de compreensão das experiências e percepções dos professores de AEE sobre sua formação continuada. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas sociais, o que a torna adequada para estudos educacionais. A investigação articula análise teórica e pesquisa empírica, e está sendo desenvolvida em três etapas: levantamento teórico e documental que é a análise dos marcos legais (LDB, LBI, Política Nacional de Educação Especial) e das contribuições de autores como Mantoan (2003, 2015), Perrenoud (2002) e Tardif (2010) sobre formação docente, aplicação de questionário: instrumento elaborado para 63 professores de AEE atuantes em 45 escolas municipais de Campos dos Goytacazes. O questionário abrange questões sobre formação inicial, experiências formativas, práticas pedagógicas e necessidades de formação e análise de dados: após a coleta, os dados serão organizados em categorias temáticas, buscando compreender os sentidos atribuídos à formação continuada e suas implicações na prática do AEE.

A coleta de dados será realizada via formulário digital (Google Forms), garantindo o anonimato dos participantes, conforme os princípios éticos da pesquisa científica (Resolução CNS nº 510/2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional é uma conquista social e política que se consolida com base em marcos legais e em mudanças paradigmáticas no modo de compreender a diversidade humana. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação deve assegurar “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. 3º, I), princípio essencial à inclusão.

Os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) redefiniram o papel do AEE como um serviço que complementa e suplementa o ensino comum, oferecendo recursos e estratégias pedagógicas que favorecem a aprendizagem. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o dever do Estado e das instituições de ensino em garantir a acessibilidade, a formação de profissionais qualificados e a oferta de atendimento educacional especializado como parte integrante do direito à educação.

Para Mantoan (2003), a inclusão requer uma mudança de paradigma, em que a escola se reorganiza pedagogicamente para acolher todos os alunos, reconhecendo que as diferenças são constitutivas do processo educativo. Nessa perspectiva, o papel do professor é ressignificado: ele se torna mediador da aprendizagem, articulando o conhecimento pedagógico, o domínio técnico e a sensibilidade ética.

Autores como Perrenoud (2002) e Tardif (2010) ressaltam que a formação continuada é o eixo do desenvolvimento profissional docente, pois permite a reflexão sobre a prática e o aprimoramento das competências pedagógicas. Assim, investir na formação dos professores de AEE significa promover a qualidade da educação inclusiva e o fortalecimento da escola democrática.

A partir dos marcos político-legais instituídos entre 2008 e 2010, o Brasil consolidou um importante avanço na estruturação do Atendimento Educacional Especializado, especialmente com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e dos documentos orientadores subsequentes. Esses marcos definiram que o AEE deve ser ofertado, preferencialmente, em salas de recursos multifuncionais, localizadas nas escolas regulares, com o objetivo de complementar o processo educativo e promover o desenvolvimento da autonomia e independência dos estudantes com deficiência. Tais documentos enfatizam que o AEE não substitui o ensino comum, mas o amplia, oferecendo condições de aprendizagem mais equitativas.

O processo de implantação das salas de recursos multifuncionais teve início a partir de políticas implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com

estados e municípios, por meio de programas federais que disponibilizaram recursos financeiros, equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos adaptados. A partir de 2005, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a fornecer kits de tecnologia assistiva e materiais específicos, visando garantir a acessibilidade e o apoio à aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Essa expansão representou uma mudança significativa no panorama da inclusão, possibilitando que as escolas municipais de Campos dos Goytacazes, por exemplo, estruturassem seus espaços e ampliassem o atendimento especializado.

No entanto, a efetividade das salas de recursos não depende apenas de sua instalação física ou de recursos materiais, mas, sobretudo, da formação continuada e do engajamento dos profissionais que nelas atuam. O professor de AEE precisa compreender os objetivos pedagógicos desse espaço, planejando ações articuladas com os docentes da sala regular e considerando as necessidades individuais de cada estudante. Como ressalta Mantoan (2015), a inclusão só se concretiza quando há diálogo entre os diferentes atores da escola e quando o processo educativo é pautado na colaboração e na corresponsabilidade.

Além disso, os marcos legais de 2010 reforçam a importância do acompanhamento e da avaliação das políticas públicas de inclusão, de modo que o AEE não se torne uma prática isolada, mas uma dimensão integrada ao projeto pedagógico da escola. O reconhecimento do AEE como parte essencial do sistema educacional impõe o desafio de garantir a continuidade das formações docentes, a manutenção das salas de recursos e o monitoramento dos resultados alcançados. Nesse contexto, a pesquisa sobre a formação continuada dos professores de AEE em Campos dos Goytacazes busca contribuir com a reflexão sobre a efetividade dessas políticas e sobre os caminhos necessários para fortalecer a inclusão educacional na rede municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta etapa são parciais, uma vez que a aplicação dos questionários ainda está em andamento. Entretanto, foi possível sistematizar os dados iniciais sobre o panorama do AEE em Campos dos Goytacazes.

Tabela 1 – Dados gerais do AEE no município de Campos dos Goytacazes (2025)

INDICADOR	QUANTIDADE	FONTE
Escolas com Salas de Recursos	46	Secretaria Municipal de Educação
Professores de AEE	64	Secretaria Municipal de Educação
Alunos Atendidos	1530	Secretaria Municipal de Educação

Esses números demonstram um avanço na oferta do AEE, revelando o compromisso da rede municipal com a inclusão. As discussões emergentes indicam que a formação deve ser contextualizada, prática e reflexiva, articulando saberes teóricos e cotidianos (TARDIF, 2010). Além disso, políticas públicas de apoio pedagógico e acompanhamento formativo são fundamentais para fortalecer o trabalho dos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que o Atendimento Educacional Especializado no município de Campos dos Goytacazes constitui um campo em expansão e com significativo potencial de consolidação. Entretanto, a formação continuada dos professores é um dos principais desafios dentro das políticas de inclusão. Com base nas análises teóricas e nos dados parciais, conclui-se que o investimento na formação permanente deve considerar as necessidades reais dos docentes, promovendo espaços colaborativos de estudo, troca de experiências e reflexão sobre a prática.

Observa-se que, embora o município tenha avançado na estruturação das salas de recursos e na ampliação do atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, ainda é preciso fortalecer a política de formação continuada de modo sistemático e permanente. Programas formativos articulados às demandas do cotidiano escolar devem fortalecer a efetividade do AEE, para que o processo inclusivo não se restrinja a aspectos burocráticos e não pedagógicos.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de acompanhamento pedagógico e de políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho aos professores do AEE. A valorização profissional passa não apenas pela formação, mas também pela oferta de infraestrutura adequada, materiais pedagógicos acessíveis, tempo de planejamento e reconhecimento institucional do papel do educador especializado. Essas condições são fundamentais para que o professor possa exercer uma prática reflexiva, colaborativa e transformadora, conforme defendem Mantoan (2015) e Tardif (2010).

Por fim, destaca-se que a consolidação de uma educação inclusiva efetiva requer o envolvimento de toda a comunidade escolar e o compromisso contínuo das instâncias gestoras com a promoção da equidade. O AEE deve ser compreendido como parte integrante do projeto político-pedagógico da escola, e não como um serviço paralelo. Dessa forma, o fortalecimento da formação docente e da cultura inclusiva representa um investimento não apenas no desenvolvimento profissional dos educadores, mas sobretudo na garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas aprofundem o impacto das formações continuadas na prática pedagógica dos professores de AEE, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para o avanço da inclusão educacional no município de Campos dos Goytacazes e em outras realidades brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder o dom da vida e a dádiva da maternidade. Sou imensamente grata por ter em minha vida o meu filho João, que é minha maior inspiração e o motivo pelo qual luto diariamente para ser uma pessoa melhor — um exemplo de perseverança e de alguém que acredita que o conhecimento é um caminho que nunca deve ser interrompido.

Expresso também minha profunda gratidão aos meus pais, que, mesmo não tendo tido a oportunidade de estudar, sempre me ensinaram o valor do esforço e do valor do estudo. O apoio e o orgulho que demonstram por cada conquista minha são a base da minha trajetória e o combustível que me impulsiona a seguir adiante.

Aos meus alunos especiais, que são muito mais do que especiais — são fonte de luz, de aprendizado e de inspiração. Cada gesto, sorriso e olhar de vocês me ensina o verdadeiro sentido da dedicação e do amor pelo que faço. Vocês me motivam a estudar, a buscar sempre mais e a acreditar que a educação é capaz de transformar qualquer realidade.

Este trabalho representa mais do que uma realização acadêmica: é a materialização de sonhos, de superação e de amor. Dedico-o àqueles que acreditam na força transformadora da educação e que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. 72 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.